



## Relatório da Administração

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

**A Administração**

### Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

		(Em milhares de reais)	
	Nota	31/12/2015	31/12/2014
<b>Ativo circulante</b>		<b>26.413</b>	<b>19.937</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.893	2.619
Títulos e valores mobiliários	6	10.677	9.623
Contas a receber de clientes	7	6.934	5.995
Impostos a recuperar	8	4.646	1.474
Despesas pagas antecipadamente	9	2.242	210
Outros ativos		21	16
<b>Não circulante</b>		<b>423.520</b>	<b>433.040</b>
Impostos a recuperar	8	6.087	13.958
Cauções e depósitos judiciais		394	306
Despesas pagas antecipadamente	9	6.858	–
Outros ativos		485	481
Imobilizado	10	408.086	416.872
Intangível	11	1.610	1.423
<b>Total do ativo</b>		<b>449.933</b>	<b>452.977</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

		(Em milhares de reais)	
		31/12/2015	31/12/2014
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>Capital social</b>	<b>84.100</b>	<b>84.100</b>
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	–
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>Capital social</b>	<b>84.100</b>	<b>84.100</b>
Lucro líquido do exercício	–	–	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>Capital social</b>	<b>84.100</b>	<b>84.100</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ijuí Energia S/A (“Companhia” ou “Ijuí”) é uma “SPE – Sociedade de Propósito Específico”, com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1996 - 16º andar - Vila Olímpia na cidade de São Paulo - SP e tem por explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Ijuí, municípios de Rolador e Salvador das Missões, denominado Usina Hidrelétrica São José, bem como das respectivas instalações de interesse restrito à Central Geradora; e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida. A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”). O Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 1.369 de 28 de março de 2011, liberou a unidade geradora UG1, de 25.500 kW de capacidade instalada da UHE São José, para início da operação comercial a partir de 29 de março de 2011, quando a energia produzida pela unidade geradora passou a estar disponível ao sistema. Em 03 de junho de 2011, por meio do Despacho nº 2.369, foi liberada a unidade geradora UG2, de 25.500 kW de capacidade instalada, para início da operação comercial a partir de 04 de junho de 2011, quando a energia produzida pela unidade geradora passou a estar disponível ao sistema. O Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 006/2006-MME-UHE SÃO JOSÉ, datado de 15 de agosto de 2006, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL outorgou à Companhia, a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica, pelo prazo de 35 anos (até 14 de agosto de 2041), que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Ijuí e com potência instalada mínima de 51 MW. Como pagamento pelo uso do bem público a Companhia efetuará o pagamento de parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 155, sendo a primeira parcela a ser paga no início das operações comerciais da UHE.

#### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 15 de fevereiro de 2016. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **2.5 Reclassificação nas demonstrações contábeis para fins de comparabilidade:** **2.5.1 Títulos e valores mobiliários:** Para fins de comparabilidade os valores mantidos na rubrica de Títulos e valores mobiliários que constavam no Ativo Não Circulante em 31 de dezembro de 2014 foram reclassificados para Ativo Circulante em 31 de dezembro de 2015, para alinhamento com as práticas contábeis do Grupo Alupar. **2.5.2 Custos e despesas operacionais:** Para fins de comparabilidade a TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica que em 31 de dezembro de 2014 era classificada como um Custo Operacional nas Demonstrações contábeis passou a ser classificada como um encargo redutor da Receita Operacional Bruta em 31 de dezembro de 2015, por se tratar de um encargo setorial.

#### 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:** Caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. **3.1.2 Contas a receber de clientes:** A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. **3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicada, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela administração da Companhia é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2015 a administração avaliou não ser necessária a constituição de uma provisão para créditos de liquidação duvidosa. **3.1.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. **3.1.5 Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2015 e 2014, incluindo operações de hedge. **3.2 Provisões e passivos circulantes e não circulantes:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é mais provável que não, que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.3 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado. Posteriormente são mantidos ao custo amortizado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis. **3.4 Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5 Imobilizado:** O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, mais juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada com base na vida útil-econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 474/2012. **3.6 Intangível - Software:** O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação - LI, a valor presente, e a contrapartida na conta de ativo intangível. O valor do UBP é trazido a valor presente até a data de entrada em operação, atualizado anualmente utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. **3.7 Tributação:** **3.7.1 Impostos sobre as vendas:** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; e • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **3.7.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime do lucro real. **3.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **3.9 Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da

Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Deste modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício. **3.10 Reconhecimento da receita:** **3.10.1 Receita de geração de energia elétrica:** A Companhia reconhece a receita de venda de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorre em bases mensais. **3.10.2 Receita de juros:** A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

#### 4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

**4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis, e não planeja adotar essas normas de maneira antecipada.

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Caixa e equivalentes de caixa:</b>		
Numerário disponível	5	673
Aplicações financeiras	1.888	1.946
	<b>1.893</b>	<b>2.619</b>

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, sem carência e foram remuneradas, em média, a 85% do CDI em 31 de dezembro de 2015, comparado, em média, a 75% do CDI em 31 de dezembro de 2014.

#### 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - ATIVOS CIRCULANTE

	31/12/2015	31/12/2014
		(reclassificado)
Títulos e valores mobiliários	10.677	9.623
	<b>10.677</b>	<b>9.623</b>

Referem-se à constituição de conta reserva definida no contrato de empréstimo da Companhia com o BNDES. Esta conta consiste na obrigação de manter, no mínimo, três prestações do financiamento retidas. A administração da Companhia optou em vincular o saldo da conta reserva a investimento em aplicação financeira TRUSTEE, tendo como característica o baixo risco de crédito, referenciado em DI, no qual o rendimento consiste na variação de cotas mensais com remuneração variável em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

#### 7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Circulante</b>		
Suprimento de energia elétrica	6.467	5.995
Liquidação positiva CCEE	467	–
	<b>6.934</b>	<b>5.995</b>

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Circulante</b>		
IRPJ	25	993
CSLL	332	481
PIS	765	–
COFINS	3.522	–
Outros	2	2
	<b>4.646</b>	<b>1.474</b>

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Não circulante</b>		
IRRF	3.184	3.195
CSLL	67	428
PIS	412	1.730
COFINS	2.251	8.432
Outros	173	173
	<b>6.087</b>	<b>13.958</b>

Os créditos de PIS e COFINS foram constituídos sobre a aquisição de bens do ativo imobilizado.

#### 9. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Ativo circulante</b>		
Prêmio de seguros - diversos	283	210
Prêmio de seguros - risco hidrológico	1.959	–
	<b>2.242</b>	<b>210</b>

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Ativo não circulante</b>		
Prêmio de seguros - risco hidrológico	6.858	–
	<b>9.100</b>	<b>210</b>

Em 28 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL o interesse pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 100. Em 07 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE São José. A postergação do pagamento do prêmio de risco para fazer frente aos efeitos de 2015 é de 4 anos e 6 meses a partir de janeiro de 2016, com início de pagamento de prêmio a partir de 01 de julho de 2020 à CCRBT - Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias e término em 31 de dezembro de 2039 (data de término do suprimento dos CCEARS). O registro consistiu na criação de uma Despesa antecipada em contrapartida à redução do custo de energia comprada para revenda no resultado. O montante repactuado na data de 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 8.817 segregado entre Ativo circulante e não circulante.

#### 10. IMOBILIZADO

A composição e movimentação do custo do imobilizado e da depreciação é a seguinte:

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2015	Adições	Reclassificação para ativo intangível	31/12/2014
<b>Em serviço</b>					
Terenos	0%	28.835	–	–	28.835
Reservatórios, barragens e adutoras	3%	199.136	–	–	199.136
Edifícios, obras civis e benfeitorias	3%	8.819	–	–	8.819
Máquinas e equipamentos	4%	204.955	22	–	204.933
Veículos	14%	70	–	–	70
Móveis e utensílios	6%	30	5	–	25
<b>Em curso</b>		<b>19.170</b>	<b>2.540</b>	<b>(252)</b>	<b>16.882</b>
<b>Total do custo do imobilizado</b>		<b>461.015</b>	<b>2.567</b>	<b>(252)</b>	<b>458.700</b>
<b>Depreciação</b>					
Reservatórios, barragens e adutoras	(21.483)	(4.447)	–	–	(17.036)
Edifícios, obras civis e benfeitorias	(879)	(181)	–	–	(698)
Máquinas e equipamentos	(30.543)	(6.461)	–	–	(24.082)
Veículos	(19)	(10)	–	–	(9)
Móveis e utensílios	(5)	(2)	–	–	(3)
<b>Total da depreciação</b>	<b>(52.929)</b>	<b>(11.101)</b>	–	–	<b>(41.828)</b>
<b>Total do imobilizado líquido</b>		<b>408.086</b>	<b>(8.534)</b>	<b>(252)</b>	<b>416.872</b>

### Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

		(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)	
	Nota	31/12/2015	31/12/2014
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>17</b>	<b>50.844</b>	<b>49.876</b>
<b>Custos operacionais</b>			
Custos dos serviços prestados		(9.422)	(8.753)
Compra de energia elétrica		(4.722)	(16.624)
Depreciação e amortização		(11.085)	(11.081)
Utilização do bem público - UBP		(66)	(65)
	<b>18</b>	<b>(25.295)</b>	<b>(36.523)</b>
		<b>25.549</b>	<b>13.353</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>(1.630)</b>	<b>(1.598)</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Administrativas e gerais		(634)	(765)
Depreciação e amortização		(36)	(23)
Pessoal		(533)	(695)
Honorários da diretoria e conselho de administração	<b>20.3</b>	(427)	(384)
Outras receitas		–	269
	<b>18</b>	<b>(1.630)</b>	<b>(1.598)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>23.919</b>	<b>11.755</b>
Despesas financeiras	<b>19</b>	(16.250)	(13.998)
Receitas financeiras	<b>19</b>	1.885	1.669
		<b>(14.365)</b>	<b>(12.329)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>9.554</b>	<b>(574)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>21</b>	(2.248)	–
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>7.306</b>	<b>(574)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

		(Em milhares de reais)	
		31/12/2015	31/12/2014
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>7.306</b>	<b>(574)</b>
Outros resultados abrangentes		–	–
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>7.306</b>	<b>(574)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

#### 11. INTANGÍVEL

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia tem a obrigação de efetuar pagamento pelo UBP. A composição e movimentação do custo do intangível e da amortização é a seguinte:

	Taxa média anual de amortização	31/12/2015	Adições	Reclassificação do ativo imobilizado	31/12/2014
<b>Em serviço</b>					
Serviço	0%	155	–	151	4
Software	20%	122	21	101	–
Outros intangíveis	6%	97	–	–	97
Uso do bem público - UBP	3%	1.986	–	–	1.986
<b>Total do custo do intangível</b>		<b>2.360</b>	<b>21</b>	<b>252</b>	<b>2.087</b>
<b>Amortização</b>					
Outros intangíveis	(28)	(22)	–	(6)	–
Uso do bem público - UBP	(722)	(64)	–	(658)	–
<b>Total da amortização</b>	<b>(750)</b>	<b>(86)</b>	–	<b>(664)</b>	–
<b>Total do intangível líquido</b>		<b>1.610</b>	<b>(65)</b>	<b>252</b>	<b>1.423</b>

#### 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais)

nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários e como nível II o ativo financeiro. **22.3 Riscos resultantes de instrumentos financeiros:** A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios: **Risco de crédito:** O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa e investimentos

de curto prazo. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. **Risco de regulação:** As atividades da

Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **Risco de taxas de câmbio:** A Companhia não tem operações em moeda estrangeira. **Risco de liquidez:** Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente

dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. **Sensibilidade:** A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos de taxa de juros relacionadas aos instrumentos financeiros (Caixa e equivalentes de Caixa que é remunerado pelo CDI, Títulos e Valores Mobiliários que é remunerado pelo Referenciado DI, e Empréstimos e Financiamentos que é atualizado pela TJLP) portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

## A Diretoria

**Contadora:** Patrícia Nalini Savio Ferreira - CRC 1SP237063/O-2

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Diretores da **Ijuí Energia S.A.** - São Paulo - SP - Examinamos as demonstrações contábeis da Ijuí Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis,

independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa

opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ijuí Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 15 de fevereiro de 2016

José Luiz Ribeiro de Carvalho  
Contador CRC 1SP141128/O-2